

NOTAS ACERCA DAS RESTRIÇÕES FUNCIONAL E COMPOSICIONAL DE COPULATIVAS ESPECIFICACIONAIS

NOTES ON THE FUNCTIONAL AND COMPOSITIONAL RESTRICTIONS OF SPECIFICATIONAL COPULATIVES

Douglas Alan da Silva | Lattes | douglasalan711@gmail.com
UNICAMP

Resumo: Neste artigo, analisamos sentenças mediadas pelo verbo-cópula ‘ser’ e ladeadas por dois sintagmas determinantes (DPs). Objetivamos descrever copulativas assim estruturadas e classificadas como especificacionais motivando duas restrições suas: especificacionais têm uso restrito e sua primeira posição limita a ocorrência de DPs indefinidos. Na análise, confrontamos copulativas especificacionais a outras copulativas que podem ser ladeadas por DPs, as predicativas, para termos como parâmetro um ambiente sintático em que as restrições não ocorrem. Verificamos o comportamento das copulativas mediante coordenação e justaposição de sentenças, adequação à estrutura ‘x diz sobre DP que...’, pela capacidade de ocorrência do modificador ‘certo’ em sua composição, por pares pergunta-resposta e a partir da classificação de familiaridade discursiva. Concluímos que o valor de referencialidade/especificidade e o ordenamento dos DPs de especificacionais desfavorecem o uso de tais copulativas na função de tópico-comentário. Constatamos que elas são sentenças marcadas, especializadas para contextos em que têm função de pressuposição-foco. Quanto à restrição de composição, concluímos que decorre de o DP pré-verbal ter de ser composto por elementos antigos no discurso, o que se alinha com a constatação de que esse DP veicula uma informação em pressuposição pragmática.

Palavras-chave: Copulativas; Verbo de cópula; Especificacionais; Predicativas; Estrutura Informacional.

Abstract: In this article, we analyze sentences mediated by the copula verb ‘ser’ and flanked by two determiner phrases (DPs). We aim to describe copulatives structured in this way and classified as specificational, motivating two of their restrictions: specificacionals have restricted use and their first position limits the occurrence of indefinite DPs. In the analysis, we compare specificational copulatives to other copulatives that can be flanked by DPs, the predicatives, in order to have as a parameter a syntactic environment

in which the restrictions do not occur. We verify the behavior of the copulatives through coordination and juxtaposition of sentences, adequacy to the structure ‘x says about DP that...’ by the capacity of occurrence of the modifier ‘certo’ in their composition, by question-answer pairs and from the classification of discursive familiarity. We conclude that the value of referentiality/specificity and the ordering of the DPs of specificationals disfavor the use of such copulatives in the topic-comment function. We found that they are marked sentences, specialized for contexts in which they have a presupposition-focus function. As for the composition restriction, we concluded that it arises from the fact that the pre-verbal DP must be composed of old elements in the discourse, which is in line with the finding that this DP conveys information in pragmatic presupposition.

Keywords: Copulatives; Copula verb; Specificationals; Predicatives; Informational Structure.

1. Introdução

Neste artigo, descrevemos sentenças como (1), mediadas pelo verbo-cópula ‘ser’, cujos constituintes pré- e pós-verbal são sintagmas determinantes (DPs):

(1) O culpado é o Pedro.

A sentença (1) é classificada como especificacional, pois o primeiro DP estabelece o domínio do indivíduo que possui a propriedade de ser ‘o culpado’, para que o segundo DP especifique que o membro desse domínio é o referente de ‘o Pedro’¹.

Especificacionais apresentam duas restrições de interesse aqui. Uma é referida como leitura de foco fixo, exemplificada por (2) em contraste a (3). Nesses exemplos, notamos uma especialização, de modo que a especificacional só é lícita no contexto em que o foco (em versálete) ocorre no segundo DP.

(2) O QUE o Pedro é nesse caso policial?

#O CULPADO é o Pedro.

¹ A classificação especificacional aparece no trabalho de Higgins (1979) no âmbito gerativista, sendo a perspectiva trazida para a discussão dessas sentenças a de autores dessa linha. Contudo, ao entendermos que a estrutura informacional (EI) compõe a gramática do falante, utilizaremos para a reflexão desta ordem a pragmática discursiva, em vez da conversacional, pois aquela parte do que é delimitado pela manifestação formal para averiguar o pareamento com noções discursivas (Lambrecht, 1994). Para tanto, dados introspectivos serão fornecidos, especialmente quando advindos das reflexões sintáticas e semânticas, mas utilizaremos para a análise da EI dados pautados no uso real coletados da rede social X.

(3) QUEM é o culpado nesse caso policial?

O culpado é O PEDRO.

A outra restrição é composicional. Alguns indefinidos parecem barrados da primeira posição de especificacionais, como vê-se por (4):

(4) #Um professor é o Alan².

Objetivamos descrever essas sentenças delimitando motivos para as duas restrições observadas. Mais precisamente, objetivamos: (i) descrever os valores de referencialidade e especificidade presentes nessas copulativas; (ii) descrever preliminarmente os valores dos DPs que as compõem considerando noções como pressuposição, tópico, foco e informação antiga e nova; (iii) verificar como os comportamentos descritos nas etapas anteriores associam-se à leitura fixa das especificacionais; e (iv) identificar quais deles relacionam-se à restrição composicional operante nessas copulativas.

Para motivarmos a restrição de uso, voltamos o olhar ao contexto delimitado pela pergunta à qual a especificacional não é uma resposta adequada. Verificamos qual é a função pragmática que essa pergunta delimita e as características que faltam em especificacionais, impedindo-as como respostas possíveis nesse contexto. Para tanto, aplicamos as formas de delimitar funções pragmáticas vistas em Reinhart (1981) e Lambrecht (1994). Este é mobilizado por adotar pares pergunta-resposta como abordagem analítica e Reinhart (1981), por propor o uso da estrutura ‘x diz sobre DP que...’ para determinar a função pragmática dos sintagmas de uma sentença e a referencialidade ou especificidade associada. Determinamos a referencialidade dos DPs também mediante coordenação e justaposição de sentenças.

Para a segunda restrição, há já duas motivações diretamente voltadas às especificacionais e que não são complementares (Comorovski, 2008; Heycock, 2012; Milway, 2016). Uma perspectiva comprehende que apenas DPs indefinidos fortes/específicos podem estar na primeira posição dessas sentenças. Além de aferirmos a especificidade dos DPs pela sua adequação à estrutura ‘x diz sobre DP que...’, faremos isso testando a ocorrência do modificador ‘certo’ na composição de especificacionais. A outra perspectiva comprehende que DPs indefinidos na posição pré-verbal de especificacionais devem ter

² A noção de contraste com uma informação anteriormente apresentada, sob a qual talvez sentenças como esta seriam possíveis, não está no escopo da discussão, que investiga a leitura pragmática sem contraste para a formação de especificacionais.

uma âncora discursiva em sua composição. Para investigar essa justificativa, partimos da classificação de familiaridade de Prince (1981).

Quando relevante, confrontamos especificacionais com outras copulativas, as predicativas, para termos um parâmetro quanto ao que se esperaria no caso de não ocorrem as restrições.

Esse percurso será realizado da seguinte forma. Na seção 2, caracterizamos as copulativas. Na seção 3, apresentamos a perspectiva relacional da estrutura informacional e os modos de delimitar comportamentos funcionais por ela. Na seção 4, evidenciamos a marcação de referencialidade/especificidade das copulativas, descrevemos preliminarmente os seus usos, bem como a propriedade dos DPs de especificacionais pela classificação de familiaridade discursiva. Na seção 5, trazemos as considerações finais.

2. Breve caracterização das copulativas

Partindo de Higgins (1979), podemos destacar os seguintes tipos de copulativas relevantes para a nossa análise:

- (5) A funcionária que mais se destaca na equipe é a Bia. *especificacional*
- (6) A Bia é a funcionária que mais se destaca na equipe. *predicativa*

Em (5), está o nosso objeto de estudo, de estrutura DP-ser-DP (isto é, mediado pelo verbo ‘ser’ e ladeado por dois DPs) e com leitura especificacional. Por essa leitura, o primeiro DP deve fazer a delimitação de um domínio e, após a cópula, o segundo DP deve especificar um membro desse domínio instanciado (Higgins, 1979, p. 213). (5) é uma especificacional, pois estabelece que, no domínio do indivíduo que possui a propriedade de ser ‘a funcionária que mais se destaca na equipe’, encontra-se o referente de ‘a Bia’.

A copulativa em (6), que também exibe a estrutura DP-ser-DP, será mobilizada para comparação e contraste com especificacionais. Pela leitura predicativa, diz-se do referente do primeiro DP que ele tem certa propriedade, denotada pelo segundo DP (Higgins, 1979; Mikkelsen, 2005). Sob leitura predicativa, a copulativa em (6) estabelece que, ao referente representado pelo DP ‘a Bia’, pode ser atribuída a propriedade de ser ‘a funcionária que mais se destaca na equipe’³. Em outras palavras, ‘Bia’ é incluída no domínio do portador da propriedade ‘a funcionária que mais se destaca na equipe’.

³ A estrutura DP-ser-DP de predicativas será a utilizada para confronto de comportamentos quanto ao uso na seção 4, mas elas também podem apresentar em sua segunda posição sintagmas adjetivais, ou mesmo nominais não acompanhados por artigo: (i) A Bia é excepcional; (ii) a Bia é esperta. Esses casos serão relevantes na discussão sobre referencialidade e especificidade da seção 4.

A partir de Mikkelsen (2005), assumimos que a cópula dessas sentenças não possui carga lexical e que a marcação de referencialidade dos DPs definidos delas é a seguinte:

Quadro 1 - Referencialidade dos constituintes de predicativas e especificacionais

Copulativa	DP pré-verbal	DP pós-verbal
Predicativa	Referencial (<e>)	Não referencial (<e,t>)
Especificacional	Não referencial (<e,t>)	Referencial (<e>)

Fonte: o autor, com base em Mikkelsen (2005).

No Quadro 1, há um valor controverso na literatura, aquele do DP pré-verbal de especificacionais, o qual alguns autores entendem contrariamente como referencial (<e>). Não apresentaremos a argumentação para cada acepção aqui (cf. Moro, 1997; Heycock, 1995, 2012; Heycock; Kroch, 1998, 1999, 2002; Den Dikken, 1994; Mikkelsen, 2005, 2011), mas a perspectiva assumida, de que esse DP é não referencial, será motivada na seção 4.1.

Ao observar o Quadro 1 desconsiderando a ordem dos constituintes, notamos que os DPs de especificacionais têm os mesmos valores semânticos que os DPs de predicativas: cada uma tem um DP referencial, bem como um DP não referencial que denota propriedade e, como tal, não representa um indivíduo por si só. Contudo, considerando a ordem dos constituintes, notamos que a disposição dos valores dos DPs de especificacionais é inversa em comparação à dos valores dos DPs de predicativas.

Nesse sentido, compreendemos que predicativas e especificacionais são sentenças equivalentes em sua semântica, que diferem em termos do ordenamento de seus DPs (cf. Den Dikken, 1994; Heycock, 1995; Moro, 1997; Mikkelsen, 2005, 2011). Retomando os exemplos (5) e (6), essa associação fica mais clara quando notamos que os DPs que compõem a predicativa são também os mesmos da especificacional e que ambas se diferem pelo ordenamento desses DPs.

Vimos no Quadro 1 valores de referencialidade para DPs definidos das copulativas com base em Mikkelsen (2005). Por outro lado, um DP pode também ser indefinido. Indefinidos podem ou não veicular a leitura de que um referente específico está sendo representado. Nesse sentido, uma extensão esperada do Quadro 1 seria: os valores referenciais seriam específicos quando do uso de um DP indefinido, e os não referenciais seriam não específicos. Como ocorre com o DP pré-verbal definido, o valor do DP pré-verbal indefinido é fruto de debate (cf. Comorovski, 2008; Heycock, 2012; Milway, 2016). A perspectiva aqui assumida, de que esse DP é não específico, será motivada na seção 4.2. Por ora, consideremos as leituras mencionadas para DPs indefinidos nas posições pré- e pós-verbal das especificacionais a serem exemplificadas na seção seguinte.

2.1 Composições consideradas para os DPs

Algumas composições de DP serão relevantes, em particular a composição que combina um artigo definido ou indefinido a um nome comum e a composição em que ocorre um nome próprio (com um artigo definido⁴). Na distribuição dessas características quanto aos DPs das copulativas, há pelo menos duas restrições composticionais, exemplificadas nesta subseção e sintetizadas no Quadro 2, ao fim dela.

A primeira é que um DP composto por nome próprio não pode ocorrer como o constituinte final de predicativas ou como o inicial de especificacionais⁵:

- (7) #A Íris é [a Paula]. *predicativa*
(8) #[A Paula] é a Íris. *especificacional*

Essas posições são destinadas a DPs que denotam propriedade, o que restringe DPs compostos por nomes próprios, que são por padrão referenciais. Apenas o primeiro DP de predicativas e o segundo DP de especificacionais compõem-se por nome próprio.

Ambos os DPs de cada copulativa podem ter um nome comum acompanhado de um artigo definido ou indefinido:

- (9) a. Uma funcionária habilidosa do RH é a melhor adição à equipe.
b. A moça simpática, a Bia, é uma funcionária que resolve conflitos. *predicativas*
- (10) a. Uma funcionária que resolve conflitos é a moça simpática, a Bia.
b. A melhor adição à equipe é uma funcionária habilidosa do RH. *especificacionais*

No entanto, encontramos a segunda restrição composticional quando alguns sintagmas indefinidos com nome comum ladeiam predicativas (cf. (11)), mas ocorrem apenas na posição pós-verbal de especificacionais (cf. (12a) vs (12b))⁶:

⁴ Não daremos relevância à presença ou ausência do artigo definido junto a nome próprio. Entendemos que nomes próprios já são definidos, sendo o uso do artigo junto a eles um emprego dialetal.

⁵ (7) e (8) seriam lícitas pela leitura que identifica que um indivíduo pode ser referido por dois nomes próprios diferentes ('Paula' ou 'Íris'). Essa, contudo, não é uma leitura de predicativas ou especificacionais.

⁶ Em (11a) e (12b), o DP 'uma recrutadora' é lido como específico/forte. O uso de 'certo' ajuda a captar essa leitura: 'uma certa recrutadora é a melhor adição do RH até o momento'/ 'a melhor adição do RH até o momento é uma certa recrutadora'.

(11) a. [Uma recrutadora] é a melhor adição do RH até o momento.

b. A Bia é [uma recrutadora].

predicativas

(12) a. # [Uma recrutadora] é a Bia.

b. A melhor adição do RH até o momento é [uma recrutadora].

especificacionais

O motivo dessa segunda restrição será discutido em 4.4. Constataremos que, para indefinidos, é pertinente se eles coocorrem com outros modificadores do nominal quando compõem o primeiro DP de especificacionais.

No quadro a seguir, apresentamos uma síntese das possíveis composições, com a numeração de pelo menos um de seus exemplos (NPr, NC e OMs são siglas para nome próprio, nome comum e outros modificadores do nominal, respectivamente).

Quadro 2 – Permissibilidade de algumas composições para os DPs de copulativas

Parâmetro	Predicativa		Especificacional	
	1º DP	2º DP	1º DP	2º DP
NPr	Permitido (11b)	Não permitido (7)	Não permitido (8)	Permitido (12a)
Artigo indefinido, NC, sem OMs	Permitido (11a)	Permitido (11b)	Não permitido (12a)	Permitido (12b)
Artigo indefinido, NC com OMs	Permitido (9a)	Permitido (9b)	Permitido (10a)	Permitido (10b)
Artigo definido e NC	Permitido (9b)	Permitido (9a)	Permitido (10b)	Permitido (10a)

Fonte: o autor.

3. *Background: perspectiva relacional da estrutura informacional*

Nesta seção, apresentamos meios de averiguar funções pragmáticas, bem como listamos comportamentos sintáticos e semânticos, a saber, ordem, referencialidade e especificidade, relacionáveis a essas funções. Tal apresentação servirá de base para a análise descritiva das copulativas na seção 4.

3.1 Perspectiva relacional: pressuposição e tópico, asserção e comentário

Para Lambrecht (1994), proposições pragmáticas são representações conceituais de um estado de coisas ou situações, estruturadas de acordo com o estado mental dos falantes em dado contexto. Por partir da assunção de falantes, a proposição pragmática

não equivale à proposição lógica, que parte de um conjunto de sentenças para verificar as suas condições de verdade.

A formação de uma proposição pragmática é resultado das assunções do falante acerca do que é de conhecimento do ouvinte e do que não é. Isso pois, em comunicação, o falante visa influenciar o estado de conhecimento do ouvinte e, para tanto, deve assumir que este último já possui uma representação conceitual do mundo, composta pelo conjunto de proposições que ele conhece ou considera como certas.

Para organizar a articulação da informação em uma proposição, Lambrecht (1994) apresenta os conceitos de pressuposição pragmática e asserção pragmática. A pressuposição e a asserção são as partes correspondentes às assunções do falante em relação ao estado de conhecimento do ouvinte. A pressuposição pragmática corresponde à parte da proposição que o falante assume ser sabida pelo ouvinte, enquanto a asserção pragmática corresponde à parte que ele assume não ser sabida pelo ouvinte.

Segundo Lambrecht (1994), apesar de poderem ser conceituadas independentemente, as noções de tópico, comentário e foco são relacionadas às noções de pressuposição e asserção da proposição pragmática. Antes de atestarmos essa relação pelo exemplo (13) a seguir, consideremos a conceituação.

Quando uma entidade é assumida como o tema de interesse na comunicação, ela é conceituada como tópico. Para que os participantes da comunicação elejam essa entidade como tema de interesse, ou tópico, é necessário que ela esteja em pressuposição, já inserida no conjunto de proposições assumidas por ambos.

Como a referida entidade é tema de interesse, espera-se que o conhecimento acerca dela seja expandido. A parte da informação que diz sobre essa entidade é conceituada como comentário e será a asserção da proposição pragmática, em vista de conter uma informação não compartilhada entre os participantes da comunicação.

Além da definição de que o foco tendencialmente recebe o pico acentual na materialização de uma sentença, Lambrecht (1994) define o foco pela proposição, como o elemento informativo central da asserção. No caso da relação tópico-comentário, o foco é viabilizado pelo comentário, que é informativo por expandir o conhecimento sobre um tema de interesse.

Vejamos como isso ocorre mediante a relação pergunta-resposta a seguir, de Lambrecht (1994, p. 121, (4.2a)):

(13) What did the children do next?

The children went to SCHOOL.

‘O que as crianças fizeram depois?

As crianças foram para a ESCOLA’

Perguntas como aquela em (13) delimitam uma resposta com leitura de tópico-comentário, pois estabelecem uma entidade (*the children*) e requerem uma informação sobre ela (*What did the children do next?*). Em resposta, o predicado verbal *went to school* corresponde à informação requerida sobre a entidade *the children* e, por expandir o conhecimento sobre tal entidade, esse predicado apresenta-se como o comentário da sentença-resposta. Para essa expansão, é necessário que algo não sabido seja apresentado, ou seja, o comentário *went to school* relaciona-se à asserção da proposição. Nessa sentença, o predicado equivale também ao foco, como o pico acentual dentro dele, em *school*, reforça.

Por outro lado, evidencia-se o tema de interesse/tópico quando a pergunta requer uma informação *sobre* uma entidade e a resposta apresenta uma informação ainda não assumida *acerca* dessa entidade. Em (13), o DP *the children* representa tal entidade, que, por ser assumida como interesse da comunicação, é uma informação em pressuposição pragmática.

Para Reinhart (1981), o tópico cumpre um papel organizacional em relação à proposição. Segundo a autora, quando uma entidade é inserida no discurso por um nominal e selecionada como tema de interesse, ela estabelece-se como um tópico. Como princípio de organização, o tópico põe uma nova proposição em uma relação de proposições atreladas à entidade tema de interesse. Em analogia, a autora aponta que um tópico funciona como a entrada de um catálogo de assuntos sob a qual informações relativas são armazenadas.

Reinhart (1981) apresenta uma outra forma de delimitar se um DP em certa sentença tem a capacidade de ser seu tópico. Essa consiste em colocar tal DP em uma estrutura como *x say of/about DP that...*⁷ (“x diz do/sobre DP que...”). Por consequência, a parte que diz sobre esse DP vem após o item *that* (“que”) da estrutura. Reinhart (1981) faz a aplicação com parte do excerto de (14), analisando se *the book* (“o livro”) é seu tópico, o que é possível concluir afirmativamente pela coerência de (15):

(14) [...] As for this book, many more people are familiar with its catchy title
then are acquainted with its turgid text.

‘[...] Quanto a esse livro, muito mais pessoas estão familiarizadas com
seu título cativante do que com seu texto empolado’

⁷ A autora usa o rótulo NP, de sintagma nominal.

- (15) He said about/of the book that many more people are familiar with its catchy title than are acquainted with its turgid text.

‘Ele disse sobre o/do livro que muito mais pessoas estão familiarizadas com seu título cativante do que com seu texto empolado’

(Reinhart, 1981, p. 64-65, (16) e (17))

Mediante tal exposição, pudemos notar que o tópico e sua contraparte, o comentário/foco, relacionam-se à formação da proposição que uma sentença apresenta. Também reportamos duas formas de delimitar o elemento tópico de uma sentença e o comentário sobre ele.

Lambrecht (1994), porém, não considera que toda relação funcional tenha um tema de interesse, ou tópico tematizador, como Reinhart (1981) faz. Nesse sentido, sobre a função de tópico, o autor traz uma nuance ao dizer que a pressuposição está relacionada a ela, mas que essas não são equivalentes, pois há sentenças com pressuposição pragmática desprovidas de um tópico (tematizador).

Na seção a seguir, abordaremos qual alinhamento sintagmático e quais leituras semânticas são previstos para sentenças que têm a função tópico-comentário, bem como apresentaremos outra função para contraste com essa, a de foco-pressuposição. Pelo contraste, verificaremos que a pressuposição não corresponde ao tópico e o elemento foco não mais ocorrerá mediante um comentário.

3.2 Perspectiva relacional: (des)associações sintática e interpretativa

Apesar de Reinhart (1981) enfatizar que o critério determinante para se depreender um tópico advinha da noção de temacidade, a autora sinaliza que o DP tópico é sensível a tendências de outras ordens. Uma de ordem sintática é a de que nominais em posição inicial de línguas SV(O) tendem a ser assinalados para tópico.

Lambrecht (1994) corrobora tal percepção. No entanto, como evidencia o autor, por ser uma tendência e não uma obrigatoriedade, o primeiro elemento de uma sentença pode ser o foco, como acontece em (16):

- (16) Who went to school?

The CHILDREN went to school.

‘Quem foi para a escola?’

As CRIANÇAS foram para a escola’ (Lambrecht, 1994, p. 121, (4.2b))

Em (16), a pergunta não estabelece uma entidade e não requer algo sobre ela. A pergunta requer uma identidade (*who [...]*) e traz uma informação que se assume ser compartilhada (*[...] went to school*), pois é a partir dela que uma entidade pode ser identificada (*the children*). Assim sendo, há uma informação em pressuposição, a do predicado *went to school*, mas não há um tópico, pois não se sabe a princípio quem realizou tal ação. Essa identidade não sabida é informada pelo argumento sujeito *the children* da declarativa. Esse argumento é o foco da sentença, pois, além de receber o pico acentual, é informativo ao trazer a identidade requisitada. O foco na resposta em (16) é denominado identificacional, ou foco no argumento.

Um outro ponto em relação à sentença-resposta de (16) é que ela é sintaticamente a mesma sentença-resposta de (13). Isso evidencia que a informação de uma sentença não é intrínseca a formas léxico-gramaticais, ainda que viabilizada por elas. Para abrange casos assim, Lambrecht (1994) traz o conceito de marcação. Segundo o autor, certas sentenças, como a sentença-resposta em (13) e (16), podem ser caracterizadas como não marcadas, por poderem estar em diferentes contextos, recebendo em cada um desses leituras funcionais distintas.

Para Lambrecht (1994), apesar de haver mais de uma possibilidade de leitura funcional, as sentenças não marcadas completas (isto é, com dois argumentos em volta do verbo) recebem uma interpretação funcional por *default* quando lidas sem pista prosódica ou contextual, que é a de tópico-comentário. Nesse sentido, se fôssemos apresentados a *the children went to school* sem essas pistas, tenderíamos a colocar o pico prosódico (geralmente associado ao foco) sobre o último argumento e a compreender o primeiro DP, o sujeito da sentença, como o tópico da estrutura. Ou seja, a sentença mencionada seria interpretada por *default* sob a leitura que ela possui em (13), de tópico-comentário.

O autor aponta que os termos oracionais sujeito e predicado equivalem respetivamente às funções tópico e comentário na maior parte dos casos. De acordo com Lambrecht (1994), uma vez que a maioria dos predicadores tem pelo menos um sujeito, mas não necessariamente um complemento objeto, é necessariamente também o argumento sujeito que será identificado com o papel pragmático de tópico (Lambrecht, 1994, p. 132).

Essa relação é forte a ponto de não ser aceita uma ordem diferenciada, em que o sujeito é o foco (no comentário) e o objeto é o tópico (tematizador): “many predicates require the subject to be a preverbal topic and the object a postverbal focus constituent, but there are no predicates which require the reverse situation”⁸ (Lambrecht, 1994, p. 18).

⁸ “Muitos predicados exigem que o sujeito seja um tópico pré-verbal e o objeto, o constituinte com foco pós-verbal, mas não há predicados que exijam a situação inversa” (tradução nossa).

Apesar dessa restrição, o foco do tipo identificacional pode estar no sujeito, e o predicado pode estar em pressuposição, sem necessariamente ser o tópico da sentença, como podemos depreender do exemplo (16).

Além do critério sintático discutido, representado em (i), Reinhart (1981) sinaliza que o DP tópico é sensível às condições em (ii), (iii) (que abordaremos da perspectiva semântica e que podem ser verificadas pelo teste da autora anteriormente apresentado) e (iv), que descarta uma determinação de ordem informacional:

- (i) nominais em posição de sujeito (em particular, a primeira em línguas SVO) tendem a ser assinalados para tópico;
- (ii) nominais são eleitos como tópico se forem referenciais;
- (iii) nominais indefinidos são eleitos como tópico se forem específicos;
- (iv) nominais não podem ser eleitos como tópico apenas de acordo com o seu *status* de antigo no discurso.

A seguir, analisaremos as copulativas anteriormente apresentadas, partindo desses itens listados como temas de discussão das seções, bem como dos testes apresentados anteriormente, a fim de delimitar as propriedades e funções discursivas de especificacionais, em confronto com as de predicativas quando relevante.

4 Acerca da interpretação das copulativas sob análise

Nesta seção, o ponto de partida serão os itens listados anteriormente, a serem tomados como comportamentos esperados das copulativas em investigação. Descreveremos não somente relações, mas também contrastes entre o comportamento real das copulativas e o esperado, para chegarmos às propriedades: semântica (seções 4.1 e 4.2), sintática e pragmática (seções 4.3 e 4.4) de especificacionais.

4.1 A referencialidade como indicador de tópico

Avelar (2004, p. 192, (33)) traz alguns exemplos em que as sentenças de uma coordenação são legíveis como especificacionais. Neles, o primeiro DP da sentença inicial é retomado por um pronome na posição de sujeito da segunda sentença:

- (17) a. ?O seu melhor amigo é hoje o João, mas há três anos atrás ele era o Pedro.
b. *?O Ministro da Fazenda é hoje o Palocci, mas ele era o Armínio Fraga no governo FHC.

- c. *O regente brasileiro na segunda metade do século XIX era D. Pedro II, mas ele foi o Padre Antônio Feijó quando o imperador era ainda menor.

Pelos exemplos acima, o autor aponta que a realização do pronome traz uma interpretação argumental (comumente referencial) para o primeiro DP da especificacional, o que repercute em sua malformação, dado que o primeiro DP de especificacionais seria um predicado (não referencial).

Em movimento semelhante, notamos que a necessidade de omissão do pronome em configurações como as que seguem, em contraponto à sua realização, sugere uma leitura não referencial do primeiro DP de especificacionais no PB (a seguir, *ec* representa uma categoria não pronunciada):

- (18) a. O apresentador do jornal da noite não foi o João, *?ele/*ec* foi o Carlos.
b. A garota que causou problema não foi a Maria, *?ela/*ec* foi a Jane.
c. O presidente da comissão de evento não foi o Paulo, *?ele/*ec* foi o Pedro.

Nesses exemplos, a negação auxilia a evidenciar que o primeiro DP de especificacionais é não referencial. Ela nega haver um indivíduo associado ao primeiro DP e isso o faz permanecer no seu estado de domínio sem membro especificado. O conflito ocorre quando esse DP é ligado ao pronome da segunda oração, que, nessa configuração, traz a leitura de que um indivíduo está sendo referido por ambos. Como é papel apenas do segundo DP de especificacionais representar um indivíduo, o conflito é causado. O mesmo caso não acontece quando da omissão do pronome.

Ainda, pode ser feito um contraste com as sentenças a seguir, nas quais o segundo sintagma daquelas em (18) foi substituído por um comum a predicativas. Por ser mais provável nesta composição que o DP descriptivo na posição de sujeito seja referencial, notamos que tal DP permite ser retomado por um pronome na sentença seguinte sem problemas:

- (19) a. O apresentador do telejornal da manhã não foi descuidado, ele foi mal-intencionado.

- b. A garota que causou problema não foi desatenta, ela foi bem esperta.
- c. O presidente da comissão de evento não foi maldoso, ele foi desatencioso.

Podemos finalizar com a concretização da malformação de especificacionais pelo teste que Reinhart (1981) aconselha:

- (20) a. O médico que está de plantão hoje à noite é essencial para o hospital.
- b. A Maria disse sobre o médico que está de plantão hoje à noite que ele é essencial para o hospital.
- (21) a. O médico que está de plantão hoje à noite é o Paulo.
- b. ?A Maria disse sobre o médico que está de plantão hoje à noite que ele é o Paulo.

Sobre o exemplo (20a), em que temos uma predicativa, a aplicação do teste é bem realizada, como vemos em (20b), em contraste com a especificacional em (21a), que é lida estranhamente sob o teste em (21b), confirmando a inadequação de especificacionais a uma leitura de tópico-comentário, pela qual o primeiro DP seria tendencialmente lido como referencial, segundo Reinhart (1981).

4.2 A especificidade como indicador de tópico

Considerando os sintagmas indefinidos, Heycock (2012) aponta que o tipo barrado da posição de sujeito de sentenças predicativas, cf. (22a), é o mesmo tipo barrado da posição de sujeito de (pseudoclivadas) especificacionais, cf. (23a):

- (22) I had been struggling with a complicated set of data...
 ‘Eu tenho sofrido com um conjunto complicado de dados...’
 - a. ?*A problem was particularly hard.
 - b. One problem was particularly hard.
 ‘Um problema foi particularmente difícil’
- (23) a. ?*A problem was that we didn’t understand all the parameters.
 b. One problem was that we didn’t understand all the parameters.
 ‘Um problema foi que nós não entendemos todos os parâmetros’
 (Heycock, 2012, p. 219, (34) e (35))

Citando Milsark (1974), a autora aponta que essa incapacidade de ocorrer como sujeito de predicativas é comum aos indefinidos fracos (ou não específicos), de modo que os indefinidos que podem ocorrer como sujeito dessas sentenças são, por contraste, indefinidos fortes (ou específicos), como vemos em (22b) e (23b).

Em contrapartida, Milway (2016) nota que essa percepção da autora é problemática pelo fato de tais conceitos, forte e fraco, não serem sempre determinados pela lexicalização dos DPs, como Heycock (2012) parece entendê-los, mas sim pela interpretação desses. Ao contrário da proposta de Heycock (2012), Milway (2016) defende que são os sintagmas fortes os barrados da posição de sujeito de especificacionais, sendo permitidos, em verdade, os fracos. Comorovski (2008) corrobora essa percepção utilizando um teste alternativo. Segundo essa autora, a ocorrência do modificador *certain* (“certo”) no DP indefinido traz a ele uma leitura específica. A partir disso, Comorovski (2008) aponta para a malformação de especificacionais quando tal modificador ocorre no primeiro DP, indicando que esse não pode ser específico/forte.

Considerando o PB em meio a tal discussão, como temos para *one* e *a* a mesma forma gramatical, ‘um’, não dispomos de uma morfologia distinta para julgarmos se DPs próximos aos que Heycock (2012) utiliza podem ser fracos ou fortes, como sugere Milway (2016). Por outro lado, utilizando o modificador ‘certo’ no DP indefinido, podemos notar que, em sentenças predicativas, o sujeito sendo um indefinido específico/forte como prevê Heycock (2012) não traz problemas à leitura:

- (24) Eu estou tendo dificuldade com um conjunto de dados...
- Um certo problema foi difícil de resolver.
 - Um certo problema que encontrei foi difícil de resolver.

Em contraste, esses mesmos indefinidos, lidos como específicos pelo uso do modificador ‘certo’, são ruins na primeira posição das sentenças especificacionais do PB, diferentemente da previsão de Heycock (2012) para tais sentenças:

- (25) a. Um (#certo) problema que tive hoje foi a discussão com meu irmão.
b. Uma (#certa) aluna esforçada do quinto ano é a Maria.

Esse teste distancia novamente uma leitura tópico-comentário para especificacionais, de acordo com a relação estabelecida em Reinhart (1981). Em reforço, podemos

notar que, em contraste aos exemplos com sentenças predicativas, especificacionais com um primeiro DP indefinido soam estranhas quando consideradas sob o teste sugerido em Reinhart (1981):

- (26) a. Um médico que está de plantão hoje à noite é essencial para o hospital.
b. A Maria disse sobre um médico que está de plantão hoje à noite que ele é essencial para o hospital.

- (27) a. Um médico que está de plantão hoje à noite é o Paulo.
b. ?A Maria disse sobre um médico que está de plantão hoje à noite que ele é o Paulo.

Pelos resultados, somos levados à conclusão de que o primeiro DP de especificacionais, quando indefinido, deve ser fraco/não específico, ao contrário do sujeito de predicativas, que pode ser forte/específico.

4.3 Da primeira posição sintática em relação à leitura de tópico

Podemos iniciar a presente análise pelo desempenho das copulativas predicativa e especificacional sob a função pragmática de tópico-comentário. Tal função pode ser desencadeada nas sentenças por meio da relação pergunta-resposta a seguir, adaptada de um caso real de uso (em que Big Bang é o nome de uma banda)^{9,10}:

- (28) O QUE é o Big Bang?
a. O Big Bang são OS REIS DO K-POP. *predicativa*
b. #OS REIS DO K-POP são o Big Bang. *especificacional*

Em (28), pelo uso do sintagma ‘o que’, uma propriedade é requisitada. Na declarativa, o constituinte que responde a tal sintagma serve para expandir o conhecimento acerca da entidade (banda ‘Big Bang’) mencionada na pergunta, determinando tal entidade como o tema de interesse entre os participantes.

⁹ Usuário do X. “O Kang perguntando **o que é o Big Bang** (a teoria) e Moo falando que [o Big Bang] são os **reis do kpop**. Eu morro com esses dois kkkkkkkkkk”. 2024. Post do X, grifos nossos. Há aqui o desencontro das entidades, mas, para nossa análise, o relevante é que há a intenção de estabelecer uma mesma entidade como tópico entre os participantes a fim da progressão do diálogo. Por isso, no caso do nosso exemplo, consideramos o enquadramento da mesma entidade, a banda.

¹⁰ Por simplicidade, utilizamos *versalete* neste e nos demais exemplos para destacar o DP equivalente ao foco da sentença como um todo, não apenas à porção dele com pico acentual.

Pelas declarativas dos exemplos, notamos que a predicativa em (28a) é lícita sob a função de tópico-comentário, mas a especificacional em (28b) não é. Nas declarativas em (28), encontramos uma composição próxima às sentenças ditas completas por Lambrecht (1994), pois há dois sintagmas realizados à margem do verbo à semelhança de sentenças SVO. Contudo, entre essas declarativas, apenas na especificacional em (28b) o sintagma sobre o qual o pico acentual recai não é o final, prejudicando a leitura de tópico-comentário da sentença. Associando foco com pico acentual, o foco em (28b) recairia no primeiro DP dessa copulativa, o que não a permite ser lida como tópico-comentário, estendendo a esses dados a generalização de Lambrecht (1994): não há uma relação na qual o elemento pré-verbal equivale ao foco no comentário e o pós-verbal, ao tópico tematizador.

Pelo que constatamos nas seções 4.1 e 4.2, sobre a referencialidade/especificidade do primeiro DP de especificacionais e predicativas, era de se esperar diferenças relativas a essas copulativas sob a função de tópico-comentário. Como vimos, Reinhart (1981) define que, para ser lido como tópico tematizador, o DP sujeito deve ser referencial ou específico. Pela perspectiva semântica, sendo o primeiro DP em especificacionais não referencial/não específico, não surpreende que tal copulativa seja repelida da função em que o primeiro DP é o tópico tematizador, enquanto predicativas, que podem ter um primeiro DP referencial/específico, sejam bem-formadas nela.

Nesse sentido, a ordem sintática diferenciada entre essas copulativas, que repercute no alinhamento diferente de referencialidade dos DPs de cada uma, pode ser o que impede a boa-formação da sentença especificacional sob a função pragmática delimitada por (28), pois tal ordenamento requereria a possibilidade de uma marcação pragmática na ordem em que o comentário precede o tópico.

A seguir, consideremos outro dado adaptado de um caso real de uso, no qual, em um contexto diferente, predicativas e especificacionais podem coocorrer¹¹:

(29) QUEM são as fofoqueiras?

- a. ELAS são as fofoqueiras. *predicativa*
- b. As fofoqueiras são ELAS. *especificacional*

Na pergunta em (29), o sintagma-qu ‘quem’ requer que uma identidade seja identificada a partir da propriedade ‘as fofoqueiras’. Assim, estabelece-se a pressuposição de

¹¹ Usuário do X. “As fofoqueiras são elas kkkkkkkkkk [a seguir no *post*, há um vídeo de Juliette e Sarah, ex-BBBS]”. 2021. Post do X (© 2024).

que alguém pode ser identificado a partir da propriedade ‘as fofoqueiras’. Na sentença-resposta, o foco equivale ao DP ‘elas’ (referente a duas ex-BBBs), pois traz a identidade requisitada e, portanto, não compartilhada na comunicação. Sob tal contexto, notamos que, como tópico e pressuposição não se equivalem, o primeiro DP de especificacionais, ainda que não referencial, pode apresentar-se como a informação em pressuposição, e o foco pode recair na posição final da sentença, mas sendo ele do tipo foco identificacional/no argumento.

Em vista do exemplo (29), é uma possibilidade que tal par de copulativas, a predicativa e a especificacional, constitua um caso de alossentença, pois, além de corresponder a duas sentenças com marcação referencial equivalente, diferindo-se na sua forma pela ordem sintáticas dos DPs (cf. seção 2), podem ser realizadas no mesmo contexto.

Lambrecht (1994) aponta que um membro das alossentenças é pragmaticamente não marcado, pois pode estar em, por exemplo, duas funções pragmáticas, enquanto o outro membro é marcado, por estar em apenas uma delas.

O comportamento da predicativa em (28a) e (29a) está de acordo com a previsão de que essa é uma sentença não marcada. Predicativas são comumente definidas pela leitura funcional *default*, que Lambrecht (1994) aponta ocorrer quando não há pista prosódica ou contextual, a de temacidade. Mikkelsen (2005, p. 3), por exemplo, contrasta especificacionais com predicativas definindo que “[...] a specifical clause does not tell us something *about* the referent of the subject [as predicatives do], instead it says *who* or *what* the referent is”¹² (cf. também Raposo; Uriagereka, 1995; Avelar, 2004; Jiménez-Fernández, 2012). Contudo, a predicativa, como uma sentença não marcada, não é particularizada para essa função discursiva (cf. (29a)).

A especificacional, por sua vez, mostra-se particularizada para o contexto em (29b), que possibilita que o foco (identificacional) recaia sobre o segundo DP da sentença, compondo, assim, o cenário de foco fixo, como evidencia o contraste com (28b).

Segundo Mikkelsen (2005), um possível motivo para a existência de uma especificacional no contexto em que uma predicativa poderia ser utilizada, como ocorre em (29), parte da busca de uma estrutura que atenda às tendências acentual e discursiva, também abordadas em Lambrecht (1994) e Prince (1981): o acento, geralmente associado ao foco, tende a estar no fim da sentença; a informação antiga tende a preceder a nova. Nos termos desta seção, podemos associar (sem assumir uma relação de equivalência) esta última tendência com a informação em pressuposição e a em asserção (com foco),

¹² “[...] uma sentença especificacional não nos diz algo *sobre* o referente do sujeito [como as predicativas fazem], em vez disso, ela diz *quem* ou *o que* é o referente”.

dizendo que a primeira tende a preceder a segunda. Uma *predicativa*, por sua vez, não apresenta essas características, acentual e discursiva, sob a leitura de foco-pressuposição, em que especificacionais também são possíveis. A *predicativa* apenas apresenta tais características na sua leitura funcional típica, de tópico-comentário.

4.4 Da influência da familiaridade assumida e suas questões

Em sua análise, Mikkelsen (2005) utiliza os conceitos de familiaridade vistos em Prince (1981, 1992) e Birner (1994, 1996), citados por ela, destacando-os como promissores no esclarecimento da noção de tópico em especificacionais: “I assume that being Discourse-old is a precondition for being topic, and hence specificational subjects must be Discourse-old, at least relative to the predicate complement”¹³ (Mikkelsen, 2005, p. 134)¹⁴. Partindo disso, estabelece que sentenças especificacionais obedecem à condição em (30) (p. 152, (8.32)):

(30) Discourse condition on DP-inversion

The initial element of a DP-inversion must be at least as Discourse-old as the final element, and it cannot be entirely Discourse-new.¹⁵

Na definição de Prince (1981), nominais definidos fazem referência a entidades que estão tipicamente na consciência dos participantes do discurso (*evoked*), de modo que é previsível que funcionem comumente como informação antiga e, portanto, que apareçam como o primeiro DP de especificacionais, da forma que já temos visto. No entanto, a definição de Mikkelsen (2005) parece excluir a possibilidade de indefinidos estarem na primeira posição dessas sentenças. Os sintagmas indefinidos são classificados como novos (*new*) na proposta em Prince (1981) pela sua ação de introduzir uma entidade no discurso.

Que sentenças iniciadas por um DP indefinido podem ser especificacionais é uma dúvida para Higgins (1979) e são descartadas como tal em trabalhos como Heycock e

¹³ “Eu assumo que ser antigo no Discurso é uma pré-condição para ser tópico e, portanto, os sujeitos de especificacionais devem ser antigos no Discurso, pelo menos em relação ao complemento predicado” (tradução nossa).

¹⁴ Este é um claro contraste com Reinhart (1981) e Lambrecht (1994) na definição de tópico. Lambrecht (1994) considera tais propriedades dos sintagmas, mas destaca a análise relacional na apreensão da leitura pragmática da sentença. Reinhart (1981) aponta que o conceito de tópico (tematizador) não pode ser determinado estritamente pelo *status* informational dos DPs, mas pelo propósito comunicativo da sentença.

¹⁵ “Condição do discurso sobre inversão do DP. O elemento inicial de uma inversão de DP deve ser pelo menos tão antigo no discurso quanto o elemento final, e não pode ser inteiramente novo no discurso” (tradução nossa).

Kroch (1999). No entanto, não podemos descartar que indefinidos podem iniciar tais sentenças em vista de especificacionais como (31):

- (31) Usuário do X. “@conta1 um conselho... Peça ajuda a quem repudia esse tipo de gente. **Uma pessoa que pode te ajudar é @conta2 [...]**”. 2023. *Post* do X, grifo nosso.¹⁶

Heycock (2012) aponta que há uma condição para indefinidos poderem estar na primeira posição de especificacionais, que é de especificidade, de maneira que apenas DPs fortes/específicos podem aparecer nela. Como vimos em 4.2, no entanto, esse critério não parece adequado de acordo com os dados do PB. Resta, assim, a necessidade de explicar qual seria o fator influente para permitir especificacionais como (31).

Mikkelsen (2005) argumenta que para um constituinte contar como antigo no discurso, basta que alguma parte dele veicule informação antiga. Em (31), ainda que se introduza uma nova entidade por ‘uma pessoa’, temos pelo seu modificador pós-nominal uma âncora discursiva em ‘te’, que é situacionalmente evocada (*situationally evoked*) por referir-se ao indivíduo com que se fala na situação. Além disso, supomos a omissão, justamente por reiterar elementos textualmente já citados (*textually evoked*), do trecho em itálico de ‘uma pessoa que pode te ajudar *com esse tipo de gente*’, que estabelece ligação com ‘peça ajuda a quem repudia *esse tipo de gente*’. ‘@conta’, por sua vez, equivalente ao nome do indivíduo na rede, é o foco da sentença por apresentar uma entidade não utilizada (*unused*) anteriormente e servir como resposta para o sintagma-qu ‘quem’.

Joh (2014) argumenta que tal compreensão acerca dos indefinidos traz à Mikkelsen (2005) algumas complicações. Consideremos os seguintes exemplos:

- (32) Bill is a doctor. #A doctor is John (too). (Mikkelsen, 2005, p. 159, (8.46))
(33) O Bill é um médico. #Um médico é o João (também).

Ao assumir que indefinidos podem ser antigos no discurso, seu uso deveria ser possível na segunda sentença de cada exemplo, (32) e (33), considerando que há menção prévia ao mesmo indefinido. Joh (2014) ressalta que, diferentemente do que ocorre na proposta de Mikkelsen (2005), na classificação de Prince (1981), indefinidos são consistentemente novos no discurso e segue disso o porquê não podem retomar uma entidade citada anteriormente. Joh (2014) argumenta que são os indefinidos que são novos, mas

¹⁶ O nome das contas em citação foi alterado.

ancorados (*brand-new anchored*), que são lícitos como sujeito de especificacionais, em contraste aos indefinidos novos sem âncora (*brand-new unanchored*) como os do exemplo (32) e, acrescentamos, (33). Em vista disso, ela traz a seguinte condição para atender a especificacionais em seu modelo discursivo (p. 840, (36)):

(34) Anchored Brand-New Condition for topic

An expression, E, can successfully refer to a (pragmatic) topic, T, iff E is of a form that is more given (familiar) than or as given as the entity.¹⁷

A autora destaca que outra proposta sua é que a condição em (34) não funciona sozinha, mas juntamente à noção de tópico de Reinhart (1981). Todavia, temos visto evidências de que não parece adequado ler especificacionais como sentenças do tipo tópico-comentário e, desse modo, uma junção de (34) com a noção de tópico em Reinhart (1981) não parece esclarecedora na análise de especificacionais em particular¹⁸.

O que Joh (2014) nota parece-nos uma questão de precisão na definição de Mikkelsen (2005), no sentido de que a condição necessária é que uma parte do material de um DP seja antiga, e não o DP como um todo, dado que se trata ainda de um DP encabeçado por artigo indefinido. Por outro lado, trazendo uma associação com a condição de que esse DP deve veicular uma informação em pressuposição, parece que os elementos antigos no discurso devem ter mais peso para a interpretação desse sintagma na proposição pragmática do que a indefinitude do DP, que identifica a entidade como nova no discurso.

De todo modo, pela ótica da propriedade de familiaridade dos DPs, podemos entender por que sentenças tais quais (32) e aquela do PB em (33) são malformadas como especificacionais, que é porque o primeiro DP dessas é apenas novo. Não há nada em sua estrutura que seja relativo ao discurso antigo. Em consequência, podemos tratar copulativas como (31), iniciadas por DPs indefinidos com âncora, como especificacionais, bem como podemos constatar um reforço à proposta de que, para sua boa formação, especificacionais necessitam de um *link* discursivo presente no primeiro DP, que parte de modificadores além do artigo indefinido.

Um dos maiores conflitos na análise de Mikkelsen (2005), e que permanece como

¹⁷ “Condição Novo em Folha Ancorado para tópico. Uma expressão, E, pode se referir com sucesso a um tópico (pragmático), T, se E tiver uma forma que é mais dada (familiar) do que ou tão dada quanto a entidade” (tradução nossa).

¹⁸ Embora a noção de tópico de Reinhart (1981) pareça abranger mais contextos do que a de Lambrecht (1994), da qual estamos partindo principalmente, a concepção de Reinhart (1981) ainda abrange casos que seriam classificados como tópico tematizador em Lambrecht (1994), classificação que não comprehende especificacionais.

uma questão para análises similares, está no critério de guiar-se por sintagmas que reiteram outros já mencionados para determiná-los como antigos/tópicos no discurso. Tal caso pode ser exemplificado da seguinte forma (o grifo em negrito é nosso):

(35) Usuário do X. “Até em um momento importante vocês não tiram o nome da Selena da boca... **OS ÚNICOS OBCECADOS SÃO VOCÊS, DEIXEM A SELENA EM PAZ!**”. 2024. *Post* do X, grifo nosso.

Em (35), ainda que o pronome ‘vocês’, que se refere aos indivíduos que questionam Gomez, tenha sido mencionado anteriormente, a identificação de que são eles ‘os únicos obcecados’ só é estabelecida após o uso da especificacional. Em outras palavras, ‘vocês’ não era uma identidade estabelecida assim, como ‘os únicos obcecados’, para outros participantes até então. No entanto, pelo critério de ter sido evocado anteriormente, ‘vocês’, desconsiderando o propósito da comunicação, deveria ser entendido como a informação antiga da especificacional.

Apesar de essa ocorrência ser captada na definição (30) de Mikkeslen (2005) (ambos os DPs seriam antigos¹⁹), ela mostra que a relação entre informação antiga e tópico não deve ser medida somente em termos da propriedade de familiaridade dos DPs, já que, assim sendo, determinaríamos ‘vocês’ como o tópico de (35), quando, considerando o propósito comunicativo, tal DP está mais para o foco da sentença.

5 Considerações finais

Neste artigo, objetivamos descrever especificacionais delimitando características que motivam suas restrições funcional e composicional.

Sobre a restrição contextual (foco fixo), pela pista contextual da relação pergunta-resposta, esclarecemos que especificacionais não são lícitas na função de temacidade. Assumindo que o DP lido como tópico precisa ser referencial ou específico, por testes, notamos que o primeiro DP de especificacionais não atende a essa marcação, pois é não

¹⁹ O contexto é aquele em que o cantor Justin Bieber e Hailey Bieber, sua esposa, anunciaram que terão um filho (isso é caracterizado como um momento importante em (35)). Alguns internautas, um deles recitado na publicação do autor de (35), apontaram que Selena Gomez, ex do cantor, se “vitimizaria” mais após o anúncio. Partindo disso, um dos fãs da cantora utiliza a percepção dos opositores de que ela seria obcecada (ou ofensas relacionadas a esse campo semântico) pelo ex para apresentar a sua ofensiva pelo primeiro DP da especificacional grifada. Nesse sentido, o primeiro DP é definido por ter como pressuposto o domínio dos ‘obcecados’. O autor de (35) reanalisa quem se adéqua a esse domínio, defendendo que pertencem a ele unicamente os opositores de Selena, referidos por ‘vocês’. É, portanto, ‘os únicos obcecados’ que estabelece o *link* com o discurso prévio, um *link* menos óbvio do que os anteriormente discutidos.

referencial e não específico. Ademais, em vista de seu ordenamento sintático, especificacionais somente conseguiriam responder ao contexto tópico-comentário na ordem em que o comentário precede o tópico, o que não é um uso esperado de uma sentença nessa função.

Por outro lado, constatamos que especificacionais veiculam leitura de pressuposição-foco. Nesse uso, o elemento lido como foco (identificacional) é o segundo DP, em contraste ao que ocorre na leitura em que a especificacional é ruim, a de tópico-comentário, na qual o foco (no comentário) só poderia ser lido pelo seu primeiro DP.

Nesse processo, evidenciamos que o comportamento de foco fixo é particular a especificacionais tendo por contraste as copulativas predicativas. Levantamos a possibilidade de que ambas as copulativas componham um par de alossentenças, bem como apontamos a relação entre especificacionais e as tendências acentual e discursiva (o pico acentual ocorre no fim da sentença; precedência da informação em pressuposição à informação em asserção).

Averiguamos também que a condição de Mikkelsen (2005) para as especificacionais do inglês pode ser estendida para as do PB (o primeiro DP de especificacionais não pode ser inteiramente novo no discurso). Só não assumimos, como a autora, que ser um elemento antigo torna tal elemento o tópico da sentença. Também não apoiamos Joh (2004) na associação entre familiaridade discursiva e tópico tematizador para a descrição de especificacionais em particular. Por outro lado, assumimos que a condição de Mikkelsen (2005) está de acordo com a função de pressuposição do primeiro DP de especificacionais.

Sobre o comportamento de restrição dos indefinidos, não é o caso de não poderem estar na posição pré-verbal de especificacionais porque são não específicos, dado que esses são exatamente os indefinidos encontrados na primeira posição delas, pelo que constatamos por testes. Verificamos que também no PB a restrição de ordem informacional ocorre em vista da distinção entre indefinidos não ancorados *vs* ancorados no discurso, que restringe que apareçam na primeira posição de especificacionais os indefinidos que não apresentam modificadores para além do artigo indefinido – o que impede sua potencial ancoragem no discurso.

Referências

- AVELAR, J. O. *Dinâmicas morfossintáticas com ter, ser, e estar em português brasileiro*. 247 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270357>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- COMOROVSKI, I. Constituent Questions and the Copula of Specification. In: VON HEUSINGER, K. (ed.). *Existence: Semantics and Syntax*. 2008. p. 49–77.
- DEN DIKKEN, M. Predicate inversion and minimality. *Linguistics in the Netherlands*, v. 11, n. 1, pp. 1–12, 1994.
- ENÇ, M. The Semantics of specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22, n. 1, p. 1-25, 1991.
- HEYCOCK, C. Specification, equation, and agreement in copular sentences. *Canadian Journal of Linguistics*, v. 57, n. 2, p. 209-240, 2012.
- HEYCOCK, C. The internal structure of small clause: new evidence for inversion. *The North East Linguistics Society*, v. 25, n. 5, pp. 224-238, 1995. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/2682822_The_Internal_Structure_of_Small_Clauses_New_Evidence_from_Inversion. Acesso em 20 out. 2019.
- HARTMANN, J. M. Focus and prosody in nominal copular clauses. In: FEATHERSTON, S.; HÖRNIG, R.; WIETERSHEIM, S.; WINKLE, S. (EDS). *Experiments in Focus: Information Structure and Semantic Processing*. Berlin, Boston: De Gruyter, 2020, p. 71-104.
- HEGGIE, L. *The Syntax of Copular Structures*. Thesis (PhD) - University of Southern California, USC, 1988.
- HEYCOCK, C.; KROCH, A. Inversion and equation in copular sentences. *ZAS Papers in linguistics*, v. 10, p. 71-87, 1998.
- HEYCOCK, C.; KROCH, A. Pseudocleft connectedness: implications for the LF interface level. *Linguistic Inquiry*, v. 30, n. 3, p. 365-397, 1999.
- HEYCOCK, C.; KROCH, A. Topic, focus, and syntactic representations. In: MIKKELSEN, L.; POTTS, C. (Eds). *Proceedings of the 21st West Coast Conference on Formal Linguistics*, 21, Somerville. *Proceedings* [...]. Somerville: Cascadilla Press, 2002. p. 101–125.
- HIGGINS, F.; R. *The pseudo-cleft construction in English*. London: Routledge, 1979.

JIMÉNEZ-FERNÁNDEZ, A. L. What information structure tell us about individual-stage level predicates. *Borealis - An International Journal of Hispanic Linguistics*, v. 1, n. 1, p. 1-32, 2012.

JOH, Y. Indefinite subjects in specifical clauses. *The Journal of Studies in Language*, v. 29, n. 4, p. 827-848, 2014.

LAMBRECHT, K. *Information structure and sentence form*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MIKKELSEN, L. *Copular clauses: specification, predication and equation*. Holanda: John Benjamins Publishing, 2005.

MIKKELSEN, L. Copular clauses. In: MAIENBORN, C.; HEUSINGER, K.; PORTNER, P. (Eds.). *Semantics: an international handbook of natural language meaning*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011. p. 1805-1829. Disponível em: http://linguistics.berkeley.edu/~mikkelsen/papers/chapter_68.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

MILWAY, D. On some subjects of specifical copular clauses. 2016. Mais informações em: https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=en&user=D4amuEAAAQ&citation_for_view=D4amuEAAAQ:fQNAKQ3IYiAC.

MORO, A. *The raising of predicates: predicative noun phrases and the theory of clause structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

PRINCE, E. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-256.

RAPOSO, E.; URIAGEREKA, J. Two types of small clauses (toward a syntax of theme/rheme relations). In: CARDINALETTI, A.; GUASTI, M. T. (Eds.). *Syntax and semantics: small clauses*. San Diego: Academic Press, 1995. p. 179-206.

REINHART, T. Pragmatics and linguistics: an analysis of sentence topics. *Philosophica*, v. 27, n. 1, p. 53-94, 1981.

